

---

# O Domínio Público Invadido pela Vida Privada:

A Análise de Richard Sennet

---

Rodrigo do Prado Bittencourt\*

O individualismo é um tema de grande relevância atual, pois a atualidade tem se revelado um momento de crescimento estrondoso desse fenômeno. É interessante notar as diferentes formas como o tema é abordado, dentro das diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Este artigo, ao analisar o “individualismo”, o toma como fenômeno social e tem como objetivo analisar a contribuição de Richard Sennett para se entender o tema. Este autor vê a vida pública em risco, devido ao crescimento desmedido da esfera privada. Assim, questões públicas passam a ser encaradas como se privadas fossem.

O “individualismo” é retratado pelo senso comum como uma qualidade pessoal psíquica. Ele seria parte da personalidade de uma determinada pessoa e a personalidade, por sua vez, seria algo que se forma, sobretudo, por meio da psiquê individual e da história de vida de cada um. A personalidade seria quase que imune às influências sociais e, por consequência, o individualismo também.

Sabe-se, no entanto, que isso não se dá. O individualismo não esteve sempre presente com as mesmas intensidades e formas em toda a história da humanidade. O individualismo contemporâneo é fruto de condições sociais e históricas específicas da sociedade moderna que emergiu após o Iluminismo e a Revolução Francesa, mediante a o surgimento e a consolidação do capitalismo. Não é possível pensá-lo de forma atemporal, como se nele houvesse uma essência transcendente que governasse sua existência e manifestação. O individualismo atual foi originado e formado no século XIX e de lá para cá tem crescido cada vez mais.

---

\* Professor da Universidade Brasil; cientista social com doutorado em Literatura Portuguesa e autor de “Sobre Livros Impossíveis: quatro personagens escritores na obra de Eça de Queirós”.

Por individualismo, entende-se a supervalorização do próprio “eu”, a valorização do indivíduo em relação ao grupo. O individualismo é um fenômeno diferente do fenômeno da individualidade. Esta pode ser entendida como a capacidade do ser de se distinguir dos demais, de separar sua existência da existência dos seus semelhantes, de apresentar características que lhe sejam próprias e únicas em relação às dos demais.

A individualidade não impede a perfeita manifestação da vida pública e o perfeito desenvolvimento do grupo enquanto realidade social. O individualismo, entretanto, atrapalha a construção de uma consciência de grupo, um pensar nos interesses do grupo ao invés de pensar apenas em seus próprios interesses; impede o ato de se comprometer em busca do bem comum. O individualismo atrapalha até, em alguns casos, o próprio reconhecimento do pertencimento a qualquer tipo de grupo social (ARENDDT, 2016).

### **Sociedade fragmentária, individualismo e capitalismo**

A dificuldade em se envolver nas questões da política nacional de seu país, a ausência de comprometimento com grupos que se empenhem na simples busca por atender interesses comuns e a supervalorização de si próprio são características comuns do indivíduo ocidental atual. São características também do individualismo contemporâneo.

Norbert Elias analisa a supervalorização do indivíduo: “É característico da estrutura das sociedades mais desenvolvidas de nossa época que as diferenças entre as pessoas, sua identidade-eu, sejam mais altamente valorizadas do que aquilo elas têm em comum, sua identidade-nós. A primeira suplanta a segunda” (ELIAS, 1987: 146).

Seria isso uma definição do individualismo para Elias? Este autor não usa o termo “individualismo”, mas essa bem que pode ser considerada como uma definição do fenômeno, dentro da visão dele. Elias define como “identidade-eu” as diferenças entre as pessoas e diz que essas são mais valorizadas, no ocidente moderno, que as coisas que as unem, que suas semelhanças. Isto é individualismo; é valorizar mais o indivíduo que o grupo, e pertence a um desenvolvimento histórico específico, que passa pela afirmação da burguesia e de seus valores ao longo dos últimos dois séculos, sobretudo.

A questão é saber quais as características desse individualismo e quais as consequências que ele traz à tona na sociedade. As instituições tradicionais (Igreja, Estado, família, etc.) já não têm tanta força na sociedade moderna ocidental e isso cria uma sociedade fragmentária. Já que não há instituições fortes o bastante para regerem com eficiência a formação do caráter e das opiniões do indivíduo, este se sente responsável por formar-se a si próprio. Tal fato dá origem a diversos grupos de interesses e de comportamentos entre os indivíduos (punks, socialistas, verdes, reacionários, roqueiros...), uma vez que não há mais uma força institucional eficaz o suficiente para dizer a qual grupo o indivíduo deva pertencer.

A sociedade fragmentária é uma irmã siamesa do individualismo. Ou seja, ela alimenta e ao mesmo tempo é alimentada pelo individualismo; de tal forma que as duas coisas não podem se separar. A sociedade fragmentária atual supõe o individualismo, pois supõe que os indivíduos tenham a liberdade de escolherem seus próprios destinos sem uma prévia determinação disso por parte de um grupo ou instituição, e o individualismo supõe a sociedade fragmentária pois necessita que haja uma variedade de grupos, tendências e opiniões para que o indivíduo possa escolher livremente qual delas o agrada, suplantando qualquer determinação exterior.

Isso tudo tem sido parte de uma grande e invisível revolução na vida cotidiana do ser humano moderno. O capitalismo muito contribuiu para que estas coisas ocorressem. Ao longo de toda sua história, o capitalismo tem levado a uma crescente racionalização e individualização nos processos produtivos e mesmo no consumo. Richard Sennett (1988) afirma isso em seu livro *O Declínio do Homem Público*. Nesta obra, ele trata do surgimento das grandes lojas de departamento na França e na Inglaterra, vendo-as como um marco do individualismo. Tais lojas tornaram o consumo individualizado uma vez que dispensaram o consumidor de um relacionamento pessoal com o vendedor e dispensaram-no também da “obrigação” de comprar. Antes dessas mudanças, se alguém entrasse em uma loja teria de levar para a casa algum produto, sob pena de gerar uma situação de constrangimento diante dos vendedores; com as lojas de departamento, o consumidor poderia entrar na loja e ver os produtos sem ter “obrigação moral” de levar nada.

O capitalismo contemporâneo tem acentuado ainda mais essa tendência ao individualismo. Com a flexibilização do mercado de trabalho, o trabalhador é obrigado

a pautar sua carreira profissional em mudanças muito rápidas de comportamento e mesmo de emprego para poder obter sucesso. O antigo modelo, mais comum no Japão, de um trabalhador permanecer no mesmo emprego quase que por toda a vida, está sendo abolido.

Se antes este trabalhador fiel à sua empresa e a seu ramo de atividades conseguia, a duras penas sem dúvida, ascender socialmente por seu esforço e equilíbrio; se antes permanecer por muitos anos na mesma empresa era motivo de orgulho; agora isso tudo mudou. Quem permanece no mesmo cargo por muito tempo dentro de uma empresa é visto como um derrotado, como um fracassado. Sucesso só é possível, na visão empresarial de hoje, para o que não tem medo de arriscar, para quem passa por inumeráveis mudanças em busca de obter rendimentos e poder maiores. “Flexibilidade” é a palavra-chave para essa nova cultura empresarial.

Isso, fique bem claro, não se dá apenas com os trabalhadores altamente qualificados de cargos de chefia. Não se dá apenas com empresários e executivos. Isso ocorre até mesmo nos trabalhos mais simples e mal remunerados. Acabou o apego ao emprego que se desempenha. Acabou o orgulho profissional daqueles que praticaram uma mesma profissão durante toda a vida; quase pode-se dizer que acabaram os que praticaram uma mesma profissão durante toda uma vida.

Em outra obra, Sennett (1999) narra o caso de uma padaria ultramoderna de uma cidade norte-americana. Essa padaria já contratara pessoas especializadas em sua função (padeiros que faziam o pão de modo quase que artesanal) em anos anteriores mas, atualmente, se modernizara. A fabricação do pão se mecanizara a tal ponto que poderia ser vista como um simples apertar de botões. O trabalho passou a não precisar ser feito por gente especializada. Qualquer um com conhecimentos mínimos de informática poderia fabricar pães com aqueles equipamentos. Isso levou os funcionários da padaria a se desinteressarem de seu trabalho. Eles sabiam fazer pães por meio da mecanização, mas não sabiam nada sobre o funcionamento das máquinas que utilizavam para tanto. Tampouco sabiam do procedimento caseiro de fabricação de pães. Uma pessoa desta padaria chegou a dizer para Richard Sennett que não era padeiro, embora exercesse esta função.

Ao contrário da época em que o pão era feito de modo menos mecanizado, as pessoas ficam pouco tempo nesse emprego. O que se dá é que as pessoas já não se

identificam com o trabalho, com a empresa, ou mesmo com o grupo dos trabalhadores de seu ramo. As pessoas não se sentem filiadas a nenhum grupo relacionado à suas identidades profissionais, não se sentem nem mesmo possuidoras de alguma identidade profissional definida.

A flexibilidade de comportamento nas atividades profissionais gerou uma necessidade de criatividade para os trabalhadores atuais. Como é preciso sempre mudar de emprego para ascender socialmente ou mesmo se manter na mesma posição, o trabalhador deve dispor de criatividade para saber qual reviravolta fará em sua carreira para obter sucesso. Isso faz com que seja, no mínimo, desinteressante para o trabalhador o gesto de se filiar a clubes e sindicatos de categoria profissional, uma vez que não pretende se manter na mesma profissão por muito tempo. O trabalhador, por essa faceta do capitalismo neoliberal atual, é convidado a ter uma postura individualista, a pensar só em si. Para que se preocupar com as injustiças sofridas pela categoria dos padeiros, por exemplo, se não se pretende ser padeiro por muito tempo e tampouco há a percepção de que se pertence a esta categoria?

Esses são exemplos da presença do individualismo nas relações econômicas atuais. O capitalismo mostra-se um grande incentivador do individualismo. Não apenas por esse aspecto, mas por muitos outros. Ele contribuiu para o desenvolvimento do individualismo desde seus primórdios, mas o objetivo deste artigo não é esgotar a discussão acerca das relações entre capitalismo e individualismo. Por isso faz-se mister passar para um outro ponto da análise do individualismo em meio à sociedade ocidental contemporânea: a privatização do domínio público.

O individualismo tem trazido junto consigo uma grande privatização da vida pública. Numa sociedade em que o indivíduo é supervalorizado é mesmo de se esperar que haja uma valorização demasiada do que aparece como algo intrínseco e exclusivo do indivíduo: sua personalidade. Ocorre então uma hipertrofia da personalidade. Esta é vista como algo necessário não apenas para a vida privada, mas também como algo essencial para a vida pública.

Sennett (1988) mostra como a personalidade tem se afigurado como categoria primordial da vida social atual. As pessoas têm valorizado socialmente relações em que as intimidades são colocadas a claro para que o interlocutor as conheça. São essas as relações que têm sido tomadas como verdadeiras e socialmente aceitas como boas e

aceitáveis. O não se mostrar – o relacionamento impessoal e cauteloso frente a desconhecidos – é visto como algo frio e pedante e rejeitado socialmente pela contemporaneidade. É preciso tornar tudo pessoal e íntimo, é preciso tratar tudo do ponto de vista de sua relação com a personalidade da pessoa.

Isso acontece desde que a personalidade de uma pessoa se tornou algo sumamente importante para a vida social. Sennett (1988) aponta qual foi o começo desse fenômeno. Ele teria se iniciado no século XIX com o secularismo. O secularismo transforma a ideia de “transcendência” para “imanência”.

A transcendência afirma que as coisas têm valor não pelo que são ou como estão agora, mas sim pelo que têm de potencialidade de ultrapassar o momento presente e produzir valor em outra esfera de existência. As coisas têm valor devido à referência que elas fazem a ideias e valores que compõe um sistema de significação e interpretação do mundo que é, por si, atemporal. Têm valor na medida que se enquadram nesse sistema de significação, dentro dessa doutrina.

A imanência, por sua vez, é a valorização do momento presente, é a valorização das coisas como elas se apresentam. A valorização das aparências. As coisas, quando analisadas de modo imanente, têm valor por si próprias, independentemente de qualquer coisa que as remeta a um sistema de significação do mundo. Não é o que o sistema de significação do real diz sobre alguma coisa que lhe confere o valor que ela tem; ela vale por si só. Vale por ser o que é, o que aparenta ser: “é ela mesma que dirá quem ela é”.

A ideia de imanência aliou-se a outra na produção da supervalorização da personalidade que se constata hoje: a aliada foi a ideia de que o ser humano poderia involuntariamente demonstrar traços de sua personalidade em seus gestos mais simples. Esta concepção gerou o forte medo de ter sua personalidade analisada e julgada pelos demais devido a um breve erro que a tenha desnudado aos desconhecidos. Assim, a pessoa teria como que seu maior tesouro roubado: sua personalidade seria conhecida em seus defeitos e limitações e seus gestos poderiam até mesmo serem previstos por aqueles que conseguiram conhecer/desvendar sua intimidade.

Daí as pessoas do século XIX terem tanta vontade de esconder seus gestos e opiniões de estranhos. O mostrar-se em público era uma verdadeira luta consigo mesmo. As mulheres evitavam-no ao máximo – até mesmo por pressões sexistas de

uma sociedade voltada absolutamente para o domínio masculino. O mostrar-se, o estar em público, era sempre acompanhado de uma intensa luta por não mostrar, ainda que furtivamente, seus sentimentos e pensamentos (sua personalidade) e por tentar descobrir os pensamentos e sentimentos dos outros.

Não havia, porém, parâmetros para se descobrir o que se passava no íntimo do outro. Não havia uma regra que ditasse o que cada gesto alheio significaria, o que cada gesto revelaria da personalidade do atuante. Não havia como se concretizar com perfeição a tarefa a que o indivíduo se prestava a realizar. O espaço público tornou-se, então, um espaço de dificuldades; de dificuldades em se levar a cabo os princípios da vida social. Os princípios da valorização do indivíduo; os princípios da valorização da personalidade e da vida do indivíduo acabam por sobrepor-se sobre as regras de convivência da vida pública.

A família apresenta-se então como o refúgio para a pessoa do século XIX. Nela, este indivíduo poderia viver sua intimidade plenamente. Poderia finalmente conservar e desenvolver sua personalidade. Na família ele poderia desfrutar de seu mais rico tesouro: a si mesmo e àqueles que lhe são caros.

A família torna-se o lugar onde a pessoa poderia realizar-se enquanto pessoa individual, pois nela ele poderia ser o que realmente é; sem ter de esconder seus sentimentos e pensamentos. Na família as regras de convivência eram claras e abundantes e cada um sabia como devia se portar em relação aos outros.

A relação com a família, no entanto, diferia entre os gêneros. O homem se sentia até mesmo sobrecarregado pelas regras da vida familiar e às vezes buscava o espaço público como um espaço de fuga dessas regras, como lugar de liberdade maior. A mulher, entretanto, não poderia ter esse privilégio porque era malvisto que uma mulher saísse na rua sem a companhia de seu marido, irmão ou pai. À mulher cabia ficar em casa, no século XIX. Uma mulher que andasse livremente desacompanhada pelas ruas de uma cidade a qualquer hora e indo a qualquer lugar seria logo reprovada e vista com libertina ou até mesmo como prostituta.

A extrema valorização da vida familiar e da intimidade levou a que se transplantassem os comportamentos próprios dessas esferas de atuação à vida pública. Esta tornou-se cada vez mais parecida com a vida privada. Sennett (1988) fala, por

exemplo, do julgamento que as pessoas fazem dos líderes políticos. Eles não são avaliados por suas posturas programáticas ou ideológicas, são julgados de acordo com a personalidade que demonstram. O líder tornou-se alguém que exerce sua liderança por meio do carisma. O líder carismático tem tido grande sucesso, segundo Sennett, pois apresenta-se como uma personalidade a ser julgada e não como um líder com determinada postura política, dotado de determinado poder, e com determinado programa de ações.

Tal julgamento da personalidade transforma totalmente o debate político. Este debate passa a ter um caráter intimista e cria uma nova situação, a da discussão sobre quem é digno ou não de receber determinada classificação político-ideológica. Surge por exemplo a discussão sobre quem é ou não um revolucionário. Sennett (1988) mostra como o fato de “ser um revolucionário” torna-se mais importante que “ser revolucionário”. O fazer parte de um grupo classificado como os “verdadeiros revolucionários” passa a ser objetivo mais importante de muitos líderes políticos, pois, numa política marcada pelo intimismo, o ser um líder desta ou de outra maneira torna-se mais importante que implantar esta ou aquela mudança na sociedade.

É assim que a classe média se insere dentre os representantes “legítimos” do proletariado. Não importa se o líder é de classe média, pequeno burguês ou proletário, o que importa é que ele seja um verdadeiro revolucionário. Dessa forma, a mudança de estratégia política de acordo com a mudança da conjuntura tornou-se algo impensável, atitude de quem não é um verdadeiro revolucionário. Pois essa mudança refletiria uma mudança na personalidade. Seria visto com reprovação moral: seria algo como vender-se ao adversário.

### **Fratricídio Social**

Graças a estas novidades, fortalecidas e amadurecidas durante o século XIX, chega-se a outra característica da contemporaneidade: o fratricídio social. Numa sociedade fragmentária onde ter uma personalidade “X” e o compreender a si próprio é mais importante que uma posição de compreensão do outro, o fraterno pode tornar-se fratricida. A identificação com um grupo – o dos revolucionários, por exemplo – é mais importante que a situação dos outros que também se dizem membros do grupo. Se eles não mais se enquadrarem ao perfil do grupo, podem e devem ser eliminados.



Como os grupos estão em constante mudança, pois não há neles uma definição clara de quem é digno de ser seu membro, muitos de seus membros são expulsos a cada vez que são considerados indignos ou inadequados. Seguindo o exemplo que está sendo usado, poderíamos dizer que os que, na visão da maioria, não mais se enquadrarem como revolucionários, dentro de um grupo de revolucionários, serão expulsos por serem considerados indignos de serem membros do grupo.

Isso mostra que o público não é visto como espaço de construção, junto com toda a coletividade, de uma vida social que seja benéfica a todos. O público é visto como um mero instrumento, instrumento do privado. Instrumento usado para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Perdeu-se o encanto com o público e fez-se dele um mero auxiliar para a conquista de uma meta, essa meta é o sucesso individual. Pode-se dizer que na sociedade individualista contemporânea rege a regra do “cada um por si”.

O público já não é o espaço de luta pelo bem comum, como o era para os filósofos gregos (ARENDDT, 2016), ou a defesa contra a tirania dos particulares, como afirmava Hobbes (2014); o público, sem dúvida, ainda é o espaço da política, mas o público e a política estão dominados, subjugados pela intimidade e pela personalidade.

Todo esse uso de atitudes e conceitos da vida privada na vida pública traz consequências negativas à toda a sociedade. Com essa situação vigente vemos uma dificuldade em encarar o público como o espaço de impessoalidade que ele deve ser para se desenvolver completamente. Ora, se o público não for espaço para atividades impessoais, o que então será o público? Qual será o espaço para a impessoalidade?

O público precisa ser, em certo nível, impessoal para que haja civilidade. Sem isso ele torna-se vítima da personalidade gerando, como viu-se acima, lideranças sedutoras –cuja excelência está no político carismático – e o fratricídio social, que expulsa constantemente membros “inadequados” ao grupo. Essas coisas são, para Sennett (1988), manifestações de “incivilidade”. Incivilidade é não civilidade. Mas o que é civilidade? Sennett a define:

Para recobrar aquela significação obsoleta de civilidade e relacioná-la ao frêmito da vida pública, eu definiria civilidade da seguinte maneira: é a atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que

elas tirem proveito da companhia umas das outras. Usar máscara é a essência da civilidade. As máscaras permitem a sociabilidade pura, separada das circunstâncias do poder, do mal-estar e do sentimento privado daqueles que as usam. A civilidade tem como objetivo a proteção dos outros contra serem sobrecarregados por alguém (SENNETT, 1988: 323-324).

Vê-se que a definição de civilidade de Sennett a aproxima muito da impessoalidade. Daí o prejuízo que o domínio da personalidade na vida pública traz à sociedade atual ao destruir a impessoalidade nas relações entre as pessoas.

Onde fica o cosmopolitismo nesse contexto? Não há como haver forte cosmopolitismo numa sociedade de fraca impessoalidade, pois o cosmopolitismo implica em impessoalidade. Se há pouca impessoalidade e pouca civilidade também há pouco cosmopolitismo; se há pouca impessoalidade e pouca civilidade, há muita xenofobia.

O cosmopolita é o que aprende coisas novas com pessoas de costumes e opiniões diferentes das suas, sem ter que se tornar ser igual a elas. O cosmopolita interage com pessoas completamente diferentes entre si e diferentes dele próprio sem colocar barreiras contra essas diferenças, sem preconceitos ou etnocentrismo. Ele convive com as mais diversas contribuições culturais, das mais diversas partes do mundo, vindas de pessoas de diferentes classes sociais e com diferentes personalidades; ele convive com o outro sem colocar o outro numa posição de inferioridade.

Se o tradicionalista não entende e não aceita quem tem costumes e opiniões diferentes dos que a tradição lhe deixou, o cosmopolita faz justamente o contrário. O cosmopolita busca conhecer tudo aquilo que seja novo ou diferente do que ele já conhece e não julga nada como superior ou inferior, não cria uma hierarquia entre as diferentes ideias, costumes, manifestações artísticas... O cosmopolita vê tudo apenas como diferente e complementar entre si, como igualmente valioso. Ele não crê numa verdade única e insuperável, mas é aberto para conhecer e se envolver com o que não conhece. Ao mesmo tempo, porém, é aberto para deixar de lado o que já viu e conheceu; para conhecer mais coisas, mais novidades.

O cosmopolita, pode-se dizer, precisa ser desapegado de suas riquezas culturais. Desapegado para poder ir em direção ao novo. Buscar o que não conhece, deixando o velho armazenado em sua mente, sem dúvidas, mas sem que o velho ocupe o lugar

central do momento. Buscar outras coisas, afinal, implica deixar de buscar as mesmas coisas. Buscar continuamente o mesmo significa ser tradicionalista; significa não aprender com o diferente. É preciso haver o desapego para conhecer cada vez mais coisas diferentes.

Ora, é impossível ter esse desapego sem impessoalidade! Quando as relações impessoais se tornam pessoais; o deixar algo em busca de uma novidade torna-se deixar alguém em busca de conhecer uma outra pessoa e isso pode parecer, para muitos, como imoral. Num mundo de relações pessoais e íntimas em todos os campos da vida, alguém que faça tal coisa pode parecer um aproveitador que tira proveito das vantagens que outro lhe dá e, quando já tem o que quer, descarta a pessoa. O que acontece é que ideias, costumes, manifestações artísticas, opiniões políticas, doutrinas religiosas... são, ou podem ser, descartáveis; pessoas, não!

Se uma mudança de interesses for vista como imoral por ser relacionada à mudança no afeto a alguém, não só o cosmopolita, mas toda a sociedade será afetada. Essa barreira à mudança, criada pelo intimismo, traz uma poderosa dificuldade à impessoalidade. A impessoalidade da cultura cosmopolita e da política democrática passa a ser deixada de lado para dar lugar à relações mais íntimas; mais verdadeiras, no senso comum atual. Não sobra espaço para aliar-se a pessoas desconhecidas somente para atingir metas específicas. A ausência de tal espaço é catastrófica pois a política democrática não pode atingir os objetivos a que se propõe sem a impessoalidade. Afinal, ela é concebida em termos de impessoalidade. A lei é impessoal, pelo menos em tese. O Estado democrático é impessoal. Se ele for pessoal, perde sua característica democrática. Norbert Elias fala da transição de outras formas de poder para o Estado, como uma contribuição ao processo de individualização. É dele o seguinte trecho:

A transição para a primazia do Estado em relação ao clã e à tribo significou um avanço da individualização. Como podemos ver, a ascensão da humanidade até se tornar a unidade predominante de sobrevivência também marca um avanço da individualização. Como ser humano, o indivíduo tem direitos que nem mesmo o Estado pode negar-lhe (ELIAS, 1987: 189).

O Estado traz às pessoas a chance de não terem que se envolver em relações pessoais para resolverem conflitos ou implementarem programas de ações. Antes da

consolidação do Estado centralizado – cuja primeira forma moderna foi o Estado Absolutista – se alguém estivesse descontente com um vizinho teria que se envolver num conflito pessoal contra ele ou pedir a mediação de um “padrinho”. Na Idade Média, se um servo da gleba entrasse em conflito com outro servo, o senhor é quem julgaria o caso e, por isso, tal servo deveria ter boas relações com seu senhor. Não se tratava de um juiz imparcial e uma justiça impessoal, como teoricamente se tem no Estado democrático.

Ora, o Estado democrático moderno acabou com essa necessidade de se apoiar nas relações pessoais para obter seus direitos, com este clientelismo. Tal forma de Estado, ao menos em tese, permite a um cidadão fazer o que quiser sem ter que agradar aos poderosos, pois atua da mesma forma para com os poderosos e para com os fracos. A lei é igual para todos: é esse o princípio básico do direito moderno; o princípio básico da moderna sociedade burguesa e do moderno Estado democrático burguês. Ele pressupõe uma sociedade sem divisão de castas, sem divisão entre estados (como na França pré-revolucionária), sem distinção entre as pessoas... Lugar onde todos têm os mesmos direitos e deveres! Estado no qual ninguém tem que procurar agradar os poderosos, pois até esses são obrigados a cumprir as mesmas leis e essas leis, além de serem minuciosas e claras, são feitas por representantes do povo. São leis que defendem o bem de todo o povo. Esse é o credo do Estado democrático moderno, o credo do liberalismo burguês que lutou pela implantação desse Estado.

Ora esse credo, em nome do qual muitos derramaram seu sangue, se vangloria por ter trazido ao homem moderno a liberdade para atuar na sociedade e na política sem constrangimentos dos poderosos. Em outras palavras, se vangloria de ter conseguido conquistar o direito à impessoalidade. A impessoalidade é que garante a liberdade, é ela que protege o fraco frente ao forte, pois é ela que garante que todas as pessoas possam ter o mesmo poder decisório dentro do Estado apesar de suas diferenças de poder fora do Estado. A democracia grega clássica já instituiu mecanismos que garantissem essa impessoalidade há milhares de anos atrás: o pagamento de um salário aos administradores da *polis* foi uma maneira de garantir aos pobres condições iguais às dos ricos, permitindo-lhes deixarem suas profissões para governarem a cidade. À essa igualdade, que deu origem ao princípio do “um homem, um voto”, chamamos “isonomia”.

Homens lutaram durante séculos para obterem o direito à isonomia. O homem contemporâneo, que desfruta desse direito, porém, não parece estar tão empolgado com os benefícios trazidos por ela. Não que ele tenha se decepcionado com ela, pois é cada vez menor, na atualidade, o número de países que não têm em suas constituições o princípio da isonomia. O que ocorre, porém, é outra coisa. A impessoalidade, essencial para garantir a isonomia, já não é vista com bons olhos.

A impessoalidade já não é mais uma bandeira a ser levantada, como foi na época das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX; é agora uma inimiga a ser combatida. Inimiga, pois impede a pessoa de voltar-se totalmente para o que realmente lhe importa, na contemporaneidade: sua personalidade. Pelo menos é essa a ideia que perpassa a maioria das mentes hoje. O que, segundo Sennett (1988), é um equívoco.

A supervalorização da personalidade não contribui para seu bom desenvolvimento mas, pelo contrário, o prejudica! Sennett (1988) mostra como o exagero na valorização das características íntimas da personalidade do homem o tem levado a uma “intimização” tão grande que atrapalha não só o desenvolvimento da vida pública mas também da vida privada. Não é possível haver vida privada saudável sem uma vida pública robusta. O autor referido acima fala em narcisismo; é dele a seguinte afirmação:

O narcisismo, no sentido clínico, diverge da ideia popular do amor de alguém por sua própria beleza; num aspecto mais estrito e como um distúrbio de caráter, é a preocupação consigo mesmo que impede alguém de entender o que é inerente ao domínio do eu e da autogratificação e aquilo que não lhe é inerente. Assim, o narcisismo é uma obsessão com “aquilo que esta pessoa, este acontecimento significa para mim”. Este questionamento sobre a relevância pessoal das outras pessoas e de atos exteriores é feito de modo tão repetitivo que uma percepção clara dessas pessoas e desses acontecimentos em si mesmos fica obscurecida. Essa introjeção no eu, por estranho que possa parecer, impede a satisfação das necessidades do eu; faz com que, no momento de se atingir um objetivo, ou de se ligar a outrem, a pessoa sinta que “não é isto que eu queria” (SENNETT, 1988: 21).

Esta longa citação foi realizada porque ela é muito útil para a conclusão do raciocínio aqui apresentado. O homem contemporâneo busca quase que desesperadamente o que contribua para o florescimento de sua personalidade e o faz dando ênfase ao que é particular da vida privada, íntima. Esse gesto, porém, tem trazido prejuízos não só à vida pública, mas também à vida privada, pois tem levado o homem à

uma postura narcisística de incapacidade de diferenciar-se do que está ao seu redor. O homem narcisista traz à esfera de sua vida íntima e da valorização do seu eu tudo o mais e isso o impede de viver em plenitude todos os aspectos de suas vidas privada e pública. Daí a dificuldade de se viver a impessoalidade.

Assim, vê-se que o ser humano contemporâneo, em seu narcisismo, não consegue se relacionar com o outro da forma impessoal que a vida pública demanda. Isso faz com que seja necessário relacionar-se com o outro apenas dentro dos limites da intimidade e da pessoalidade, o que é uma incivilidade que se transforma em tirania. Tirania, pois não é oferecida nenhuma outra opção; tudo é apresentado ao homem moderno de modo privatista e íntimo: ou se vive tudo de forma íntima ou não se vive nada.

### Conclusão

O individualismo é um fenômeno social muito presente na sociedade ocidental contemporânea e tem trazido a ela consequências nunca antes imagináveis. A valorização exagerada da vida íntima, o desprezo pela impessoalidade e pela vida pública, a adoção de comportamentos de intimidade na vida pública e o narcisismo têm sido apenas alguns dos fenômenos sociais que estão ligados ao individualismo da nossa sociedade que tem se estruturado no mundo ocidental e ocidentalizado desde o século XIX. Eles são parte do que compõe a contemporaneidade, por isso podem e devem ser delimitados no tempo e no espaço. Não são essências atemporais e naturais a todo ser humano, a todas as épocas históricas e formações sociais.

A compreensão de como esses fenômenos se formaram, é importante que se diga, deve sempre vir acompanhada da compreensão de como se formou a sociedade ocidental dos dias de hoje. Ela é fruto de uma configuração social burguesa, capitalista e liberal, que, na luta contra a aristocracia e o *Ancien Régime*, privilegiou determinadas características sociais em detrimento de outras.

Este artigo não pretendeu esgotar o assunto, mas apenas fazer uma breve explanação das características e consequências mais marcantes desse fenômeno, cuja a análise completa deve ir muito além do que foi dito aqui. As transformações sociais não podem ser entendidas em separado, como se não tivessem relações entre si. Um fenômeno pode se relacionar com outro no condicionamento de um terceiro, por

exemplo; assim é que se deve tomar o individualismo e os outros fenômenos sociais aqui mencionados como úteis e mesmo necessários para a análise das coisas mais díspares possíveis presentes na sociedade ocidental moderna.

Percebe-se o individualismo como uma característica que vem acentuando-se intensamente nos últimos duzentos anos em todo o mundo, mas sobretudo na sociedade ocidental. Com isso, o espaço público e a política são esvaziados e passam a assumir feições de um fenômeno pessoal e individual. A própria separação entre o público e o privado esvai-se e é cada vez mais difícil para as pessoas da modernidade vivenciar as liberdades públicas pelas quais seus antepassados tanto lutaram. Por consequência, elas buscam viver a intimidade e a vida privada mesmo no espaço público, frustrando-se com isso. Afinal, a própria individualidade necessita que exista um espaço público para que venha a existir com solidez. Na ausência dele, tudo se torna uma experiência privada e intimista e quando tudo é vivido como uma experiência privada, este tipo de vivência se esvazia e perde o sentido.

Talvez tenha sido a percepção desta banalização da experiência privada que tenha levado Odisseu a recusar a imortalidade oferecida-lhe por Calipso. Ele poderia ter gozado de eterna juventude, da beleza admirável da deusa e dos serviços prestimosos de seu séquito de ninfas. Ainda assim, prefere voltar à montanhosa Ítaca, para a envelhecida Penélope e, sobretudo, para uma vida que também continha uma dimensão de vivência do espaço público, em que seus feitos seriam sempre lembrados. Só há glória quando há uma coletividade que conheça os feitos em questão e os reconheça como gloriosos.

As duas experiências-limite – a de Aquiles morto que preferia estar vivo e a de Odisseu que recusa a imortalidade para voltar a Ítaca – não são opostas como parecem, mas são a aversão ao banimento da sociedade e da cultura e à tentação de desumanização. Mesmo a divinização passa por uma desumanização, ainda que em sentido oposto ao da morte. Essa inserção social, tão buscada por Aquiles – que prefere a vida do mais pobre camponês à morte – e Odisseu – disposto a tudo sofrer para retornar à sua casa – se dá porque os inúmeros sofrimentos para se adequar à cultura e a sociedade nos constituem de tal modo que não podemos simplesmente ignorá-los. O desejo das recompensas que a vida social oferece é tão grande que alimenta um enorme gozo: o gozo de permanecer vivo socialmente ainda que morto fisicamente, de manter viva essa memória social que perpetua nossa existência e confere a ela um sentido na História, vencendo o rompimento abrupto da morte pela continuidade. Odisseu é aquele que mais sofre por buscá-la e Aquiles, ainda que depois de morto a desdenhe, é quem mais a simboliza, pois optou por ela conscientemente, sabendo que morreria se

lutasse, e a alcançou brilhantemente, em Tróia (BITTENCOURT, 2014: 11).

Assim, o filho de Laertes, elogiado por Atena, por sua astúcia, recusa-se a gozar dos bens e situações desejadas pelo homem grego idealizado por Homero. Odisseu busca algo que não é divino ou natural, mas simplesmente humano e banal: o convívio com os seus iguais. Ele sabe que sem isso, poderá ser um monstro ou uma divindade, mas jamais um ser humano.

### Referências

- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2016
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. Londres: Sage, 2002.
- BITTENCOURT, Rodrigo do P. “Odisseu e o Inca: Cultura, Sociedade e Morte”, E-Rei: *Revista de Estudos Interculturais do CEI*, n.2, 2014, pp. 1-11.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção de identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUBET, François. “A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização”, *Contemporaneidade e Sociedade*, volume 3, n. 3, 1998.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V: 1980-1988*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã. Ou Matéria, Forma e Poder de Uma República Eclesiástica e Civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. “O caos organizador”, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais. São Paulo, domingo, 14 de março de 2004, p. 4-7.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 95-146.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*.



Barueri: Manole, 2005.

PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*, IV: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das letras, 1988.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Record, 1999.

**RESUMO:** Autores como Sennett, Lipovetsky, Dubet, Dubar, Beck, Foucault e Arendt, dentre outros, tem continuamente analisado o individualismo e o espaço privado da vida ocidental contemporânea. Neste contexto, o espaço público é esvaziado. Assim, corre-se o risco não apenas de comprometer o legado político e democrático que se recebeu das gerações passadas, mas a própria intimidade sofre a ameaça de desaparecer.

**PLAVRAS-CHAVE:** Vida privada; vida pública; contemporaneidade.

**ABSTRACT:** Authors such as Sennett, Lipovetsky, Dubet, Dubar, Beck, Foucault and Arendt, among others, has continuously analyzed individualism and private space of contemporary Western life. In this context, the public space is emptied. Thus, there is the risk not only to undermine the political and democratic legacy that you have received from past generations, but intimacy itself is under threat of disappearing.

**KEYWORDS:** Private life; public life; contemporaneity.